



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TIMBOTEUA
C.N.P.J. 05.149.125/0001-00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Presidente da Comissão de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL DE **NOVA TIMBOTEUA-PA**, por ordem da Ordenadora de Despesa da PREFEITURA MUNICIPAL DE **NOVA TIMBOTEUA-PA**, no uso de suas funções, vem abrir o presente processo de **DISPENSA DE LICITAÇÃO** para locação de imóvel destinado ao Funcionamento do Posto da Polícia Militar.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A dispensa de licitação tem como fundamento o artigo 24, inciso X, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, que prevê:

Art. 24: É dispensável a licitação:

Inciso X: para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades preçpuas da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; (Redação dada pela Lei nº 8.883/94 – D.O.U. 09.06.1994)

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A locação do imóvel se justifica pela necessidade de um local para o funcionamento do Posto da Polícia Militar, tendo em vista que a mesma não possui residência para dar estrutura e suporte de acolhimento temporário ou de longa duração.

RAZÃO DA ESCOLHA

A escolha recaiu em favor do imóvel localizado na **Rua Principal. s/n – Vila São Raimundo, Zona Rural, NOVA TIMBOTEUA- PA**, tendo em vista que, após visita técnica realizada pelo Engenheiro Responsável, foi constatado que o referido imóvel está em perfeitas condições de uso, é adequado à utilização a que se destina, possui fácil acesso e sua estrutura permite adaptações para atender às necessidades da administração. Além disso, foi constatado, a partir de avaliação prévia, que o preço cobrado está de acordo com o praticado no mercado.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O valor do aluguel ficou definido em R\$ 500,00(quinhentos reais) mensais. Após avaliação prévia, constatou-se, nos termos do parecer exarado pelo Engenheiro Responsável, que o preço está de acordo com o praticado no mercado.

Desta forma, nos termos do art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93, a licitação é **DISPENSÁVEL**. Encaminhem-se os autos à Assessoria Jurídica, a fim de que emita parecer conclusivo a respeito da legalidade do procedimento.

NOVA TIMBOTEUA - PA, 04 de Janeiro de 2017.

MARIA ANGÉLICA DIAS NASCIMENTO

Presidente da Comissão Permanente de Licitação